

## X. “A meta é o homem”

as condições sociais da ocupação da Amazônia

Fernando Henrique Cardoso  
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 142-149. “A meta é o homem”: as condições sociais da ocupação da Amazônia. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## **X. “A meta é o homem”: As condições sociais da ocupação da Amazônia**

A retórica das propostas de desenvolvimento econômico e ocupação de áreas costuma repetir que “a meta é o homem”. No caso da Amazônia, desde a motivação declarada mais persistente para justificar os grandes projetos – a absorção dos excedentes populacionais – até às mais razoáveis preocupações com a “redenção do caboclo” estiveram sempre rentes com aquela pomposa declaração.

Os fatos, entretanto, não abonam a ideologia.

Nas seções correspondentes mostramos como, a nível dos planos, a infraestrutura social foi uma preocupação constante. É inegável, além disso, que tanto nos aspectos de saúde como de educação houve esforços por parte dos governos locais e do governo federal para evitar que outro desastre equivalente ao do “exército da borracha”, dos anos quarenta, inviabilizasse a ocupação da Amazônia.

Convém recordar o episódio da tentativa de fazer renascer a produção de borracha natural na época em que, por causa da ocupação japonesa e da guerra, se acreditava que as plantações da Malásia e da Indonésia tinham que ser substituídas pelas seringueiras naturais da Amazônia. A produção nacional de borracha nunca ultrapassara 42.000 toneladas (1911), mas na época da guerra desejava-se produzir 70.000. Não obstante, e apesar dos esforços do Serviço Especial dos Trabalhadores para a Amazônia, do Banco da Borracha e do Serviço de Saúde Pública, não se passou das 22.000 toneladas em 1945 e em 1970 produziam-se 20.000 toneladas apenas. Os 24.300 trabalhadores, na maioria nordestinos, regrediram à condição de miseráveis coletores, vivendo penosamente em seus tapiris, percorrendo em média 30 km por dia para colher na selva o *látex* avaro.

Por quê?

A missão americana encarregada de avaliar as perspectivas da “batalha da borracha” foi incisiva no diagnóstico: seria preciso acabar com o sistema do “barracão” e do “aviamento”. Este “sistema”, como se viu na primeira parte deste relatório, persiste até hoje e com ele permanece a exploração violenta do trabalhador.

Portanto, não bastam os planos governamentais, nem seus esforços educativos e sanitários. Estes enfrentam um *habitat* disperso e uma natureza hostil. Mesmo nas agrovilas da região da Transamazônica que foram objeto de “paternalismo” – segundo lamúrias de empresários privados da colonização<sup>131</sup> – as dificuldades são imensas até hoje. Assim, por exemplo, a professora da agrovila Jorge Bueno da Silva tem que caminhar 100 km para receber em Altamira seu salário mensal (Cr\$ 166,00), que chega a atrasar seis meses. “A escola não tem paredes. Há apenas alguns troncos de madeira, fincados nos lados de uma cobertura de palma de babaçu em cima. Quando chove é impossível continuar com a aula e todos ficam molhados porque não têm onde se abrigar” (*O Estado*, 29/09/75)<sup>132</sup>

As estradas vicinais são precárias, naturalmente. Os colonos, na época do plantio e da colheita, vivem embrenhados nos lotes, deixando as famílias nas agrovilas. É frequente a denúncia nos jornais de que estas têm suas casas desertas (pois as famílias deslocam-se para viver em tapiris mais próximos às plantações) ou de que chove dentro das casas de madeira, porque as firmas construtoras, para economizar material, não colocam as tábuas no sentido mais adequado para evitar as águas e utilizam madeiras verdes<sup>133</sup>.

Não é necessário repisar esta lista de pequenos grandes problemas. Como pensar-se em “conquistar a selva” de outro modo em pouco tempo?

Nisto talvez resida a crítica fundamental ao farisaísmo do “homem como meta”. Tão pronto como os grandes investimentos da abertura das estradas começam a minguar e se retiram as torneiras fáceis do financiamento público, o projeto transamazônico minguará às proporções

---

<sup>131</sup> Cf., por exemplo, declarações do gerente da SINOP, responsável pela cidade “Vera”, na Cuiabá-Santarém, *O Estado*, 05/06/1973.

<sup>132</sup> A uma hora de auto depois da agrovila Castelo Branco (km 303), o repórter Fernando Moraes visitou em setembro de 1974 uma escola onde o aluno que morava mais perto caminhava quatro km para assistir às aulas. A professora ganhava 450 cruzeiros, mas não recebia há quatro meses.

<sup>133</sup> As estradas vicinais são caminhos de 7,5 km de extensão, transversais à rodovia. Em tese seriam abertas a cada 10 km da Transamazônica. Em setembro de 1974 havia menos de 1000 km de caminhos vicinais, quando o plano era para construir 3000 km. Ver “O Colono,” *Jornal da Tarde*, 25/09/1974, p. 15.

normais e a seus efeitos reais. Em vez de colônias de povoamento, grandes empresas<sup>134</sup>, em vez de êxitos retumbantes, problemas agudos.

Que significa, entretanto, a grande empresa do ponto de vista do povoador?

As denúncias quanto à semi-escravidão (por exemplo, *O Estado* de 27/09/1970) eram anteriores à Transamazônica e persistiram. A falta de registro do contrato de trabalho, o impedimento aos trabalhadores para que se desloquem para apresentar queixa à justiça federal, a utilização da mão de obra indígena a preços vis (não só na Transamazônica, mas na Cuiabá-Santarém e noutras partes), a falta de assistência médica mesmo nos projetos oficiais (por exemplo: em Rondônia, em Sidney Girão, teriam morrido vários trabalhadores, segundo denúncia do deputado Jerônimo Santana em *O Estado* de 27/02/1972) etc. constituem a tessitura do dia-a-dia da penetração na Amazônia.

Em certos casos, a substituição da meta homem pela produtividade chegou a ser exposta nos planos, como, por exemplo, na proposta do governador do Acre, Sr. Jorge Kalume, em maio de 1970, quando se propôs um novo pequeno exército da borracha composto de 3.000 flagelados nordestinos sem “uma única referência à melhora das condições de vida dos novos seringueiros”<sup>135</sup>.

A resposta do trabalhador diante do “sistema” que o explora tem sido seu refluxo para a coleta, especialmente de castanha, como se viu na primeira parte deste estudo. Com isto, não chega a melhorar sua situação de vida, mas de qualquer modo, como os trabalhadores diziam aos investigadores e repórteres: “Castanha dá mais”. Dois anos depois da “grande política amazônica”, o mesmo repórter, que em 1970 denunciava o

---

<sup>134</sup> Além das declarações transcritas antes sobre este ponto, convém dizer que o novo presidente do INCRA, Sr. Lourenço Vieira, declarou em maio de 1974 que aquele órgão ia começar um *novo* processo de ocupação da Amazônia, com a participação da “grande empresa”, iniciando-o em Borareiro, na Rondônia, pois o INCRA é contra o latifúndio, mas não contra a grande empresa. Em vista da “nova política”, os 10.000 agricultores assentados pelo INCRA na Transamazônica “sofrerão” uma reciclagem destinada a dar um caráter mais “gerencial” às atividades, compondo-as com as da média e grande empresas”, *O Estado*, 21/05/74. Para isto foi criado mais um órgão da administração paralela, Grupo Tarefa da Amazônia, e a história recomeça...

<sup>135</sup> Cf. reportagem de Alberto Tamer, “Mais famílias, mesmo fim,” *O Estado*, 29/10/1970.

provável desfecho para a política da borracha que então se esboçava, repetia: “Não há escolas, falta educação para o filho do seringueiro, este ganha cerca de 15 cruzeiros por dia, mas como tem que cuidar da roça para alimentar famílias numerosas (de 15 a 18 filhos, com morte de 50%, segundo o repórter), a maioria não ultrapassa 60 quilos (de látex) por mês, que lhe rendem no máximo 180 cruzeiros, sorvidos em um instante pelos preços altos do *barracão*, grande fator de desestímulo de todo o ciclo produtivo da borracha nativa<sup>136</sup>.”

A crer nas informações da imprensa e em depoimentos diretamente colhidos por nós em viagem à região dos empreendimentos agropecuários do sul do Pará, as condições de exploração do trabalho são espoliativas em quase toda parte.

Fazem exceção a isto as áreas onde o “paternalismo” – quer dizer, a assistência – do governo central transformou pequenos experimentos em *show-cases* (mais tarde de destino duvidoso, graças à mudança de ênfase do INCRA da colonização para a grande empresa) e no que respeita aos trabalhadores das construtoras e, especialmente, dos batalhões de engenharia militar, nos quais o pagamento de salários mais razoáveis (por exemplo, difundir a prática de pagar o salário mínimo para os *peões*) e a atenção médico-assistencial parecem ser melhores. Nos seringais, nos garimpos, no desmatamento para abrir fazendas, prevalecem condições de trabalho adversas e, às vezes, compulsórias. O “sistema” – que é tão antigo quanto a ocupação inicial da Amazônia – generalizou-se como pré-requisito para existir exploração economicamente viável na área.

A grande imprensa do sul divulgou relatos e protestos derivados das más condições de trabalho e de vida principalmente quando da viagem do Presidente Médici ao Projeto Jari (22/03/1973), na divisa entre o Pará e o Amapá. Os trabalhadores tentaram aproximar-se do presidente, carregando faixas: “Eles protestavam contra o que chamavam de condições desumanas de trabalho: diárias de 10 cruzeiros por trabalho exaustivo; desconto de dois cruzeiros para uma alimentação de péssima qualidade; alojamentos desconfortáveis e assistência médico-sanitária insatisfatória” (*O Estado*, 23/02/1972). Dos 5000 empregados da Jari, 1200 trabalhavam diretamente para a firma e 3800 eram subcontratados por “empreiteiros de mão de

obra”, chamados *gatos*. Ante a perplexidade presidencial (que, segundo conta, não evitou a repressão aos líderes dos trabalhadores), os representantes da Jari escusavam-se dizendo que nada tinham a ver com os 3800 “subcontratados”... Uma semana depois, o Presidente Médici tinha em suas mãos um “plano social para o Jari”, apresentado pelo Ministro da Saúde, para conter a “grande irritação” do presidente, pelas “más condições de saúde e o regime de semiescavidão a que são submetidos os trabalhadores” (*O Estado*, 01/03/1973).

Se bem que o caso Jari tenha sido o mais ruidoso, ele não é exemplo isolado deste tipo de exploração. Na Cuiabá-Santarém, o cardeal primaz do Brasil, D. Avelar Brandão, ouviu queixas semelhantes do encarregado do projeto privado SINOP, que justificava o excesso de doentes na enfermaria dizendo:

... esses homens são provenientes de fazendas vizinhas, na região de Cuiabá-Santarém. Vêm para trabalhar e depois que adoecem, contaminados principalmente pela malária, são abandonados no mato por seus patrões (*O Estado*, 05/06/1973).

No sul do Pará, na região de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, ouvimos depoimentos de “gatos”, em setembro de 1973, sobre a indolência dos “pinhões” (peões), sobre a necessidade de tratá-los duramente. Por exemplo, quando se queixam de doença, nada melhor que uma injeção de álcool, que dói muito, e os “pinhões” não voltam a reclamar... Falava-se muito também, naquela região, do tratamento duro dispensado por capataz de uma fazenda de propriedade de um grande banco do sul a seus trabalhadores: surras, dívidas crescentes, trabalho seminu e mesmo crimes de morte sustentavam as condições de exploração do “grande empreendimento” desbravador.

Na região da estrada Cuiabá-Porto Velho, nos extremos sul-ocidentais da região amazônica, do mesmo modo, os fazendeiros utilizavam mão de obra indígena, pagando mal, submetendo-a ao sistema de “barracão” (ou seja, monopólio dos produtos alimentícios a preços escorchantes) etc., o que levava a população dos índios parecis à exploração violenta (note-se que no caso tratava-se de fazendeiros paulistas, cheios de “espírito empresarial”) e mesmo às moléstias e à morte por contágio com enfermidades para as quais não estavam imunizados (*O Estado*, 03/02/1974,

<sup>136</sup> Cf. Alberto Tamer, “A produção não cresce com estes homens,” *O Estado*, 15/09/1973.

em reportagem de Mário Chimanovitch, “Eram índios, são colonos. Eles estão ‘integrados’”).

Convém repetir: Não se trata de que o Estado com suas políticas pretenda exterminar indígenas ou manter a exploração dos nordestinos e dos caboclos. O esforço assistencial existe. Os planos sanitários começam a articular-se. Há preocupação com a água, o esgoto, a saúde. Entretanto, assim como o “plano social do Jari” dificilmente redimirá a sorte dos 3800 trabalhadores que são explorados pelo “gato” (como se o *gato* não fosse a extensão real da mão do empresário!), a “valorização” do empreendimento, em um ciclo rápido, exige, além dos benesses fiscais, a superexploração do trabalho. Se em vez da racionalidade dos planos e da necessária morosidade de uma ocupação que visa efetivamente à valorização do homem, existir – como é o caso – uma preocupação marcante com o “fazer depressa” e manter um clima de “projeto-impacto”, por parte do governo, ao que se soma o interesse da acumulação da grande empresa, o resultado não poderá ser diferente deste que, com exemplos um pouco de cada área da Amazônia e ao correr dos jornais, reproduzimos aqui.

Para finalizar esta seção, convém resumir as observações e entrevistas que fizemos com “gatos” do sul do Pará. Elas nada mais fazem do que exemplificar um estilo de exploração e uma forma de trabalho comum sempre que se trate de uma área com distâncias tão absolutas e dificuldades tão ásperas como a Amazônia e que encontra no lucro ou na propaganda a mola efetiva para seu desbravamento<sup>137</sup>. Em primeiro lugar, foi usual na área a prática de deslocar trabalhadores do Piauí, do Maranhão, do norte de Goiás, por caminhões que iam às zonas de emigração recrutar trabalhadores, cujos choferes ou “gatos” eram pagos pelos fazendeiros conforme o número de “cabeça”, que traziam. Com as estradas e a atração

---

<sup>137</sup> Houve esforços do Ministério do Trabalho, especialmente depois da visita presidencial ao Jari, para controlar os abusos. Os efeitos, pelas mesmas causas indicadas acima, foram mais do que modestos. O “Grupo Tarefa da Amazônia”, invenção recente, como se viu, constatou e denunciou abusos de “empresas situadas ao norte de Mato Grosso”, de propriedade de “paulistas quatrocentões”, que impunham condições de semiescravidão a seus trabalhadores. Não era, portanto, apenas o “americano” Ludwig quem deixava degradar seu “espírito empresarial”. O presidente do referido Grupo declarou em Belém (*O Estado*, 20/09/73) que “no sul do Pará a coisa está tão feia que, se contássemos o que acontece, por lá o céu viria abaixo”. Ver, sobre estes problemas, PINTO, Lúcio Flávio, “O céu ameaçado do milionário Ludwig,” in *Opinião*, nº. 79, p. 4.

exercida pelo novo mercado de trabalho esta forma, de deslocamento, que dava origem a muito abuso e engano, parece declinar. Houve época em que para atravessar a fronteira do Pará os guardas locais cobravam dos “gatos” um ilegal “imposto de capitação”, também conforme o número de trabalhadores transportados. Uma vez na fazenda (que se atinge através de “picadões”, os quais, em certos casos, são percorridos a pé, dada a falta de condições para a entrada de caminhões), os trabalhadores fazem suas casas cobertas com folhas de árvores (tapiris) e têm como único “devaneio” o trabalho com a serra e o machado para a derrubada das árvores. Proíbem-se em geral o porte de armas e o uso de bebidas alcoólicas.

Num grande empreendimento operam vários “gatos”, responsáveis por grupos de cinco, dez ou mais trabalhadores. Às vezes existem “gatões” que controlam exércitos de 100 ou mais homens. A comida é fornecida pela fazenda, podendo dar lugar a abusos se o fazendeiro não controla o empreiteiro da comida. Em geral serve-se charque (carne-seca, carne-de-sol) e farinha, pois o trabalho é duro e exige alimentação calórica. Paga-se geralmente em moeda e o salário oscila em torno do mínimo regional. Mulher e família são concessões que só os “bons patrões” permitem na selva. O ciclo de permanência na selva é de 30-40 dias, durante os quais o único contato do peão com o mundo dá-se através do rádio de pilha. Por isto a igreja, quando dispõe, como em Conceição do Araguaia, de um transmissor, atua, como fonte quase única de orientação dos trabalhadores. A voz dos padres na proteção aos trabalhadores junta-se, às vezes, algum programa trabalhista, especialmente no caso da região visitada, onde um advogado de São Paulo dedicava-se a instruir os trabalhadores quanto a seus direitos (com fortes protestos por parte de “gatos”, administradores e fazendeiros).

Nos ermos amazônicos, nos grandes latifúndios e empresas fora da Transamazônica e das colônias oficiais, a relação do capital com o trabalho desconhece por completo qualquer medida legal, o que leva o trabalhador a ter de submeter-se a condições quase servis de trabalho. Resulta paradoxal (e significativo) que numa região onde a presença do Estado é tão forte a relação entre trabalhador e fazendeiro encontre regras de manutenção quase só ancoradas na força privada, por um lado, e na consciência cristã, trabalhista ou mesmo empresarial, de algumas boas almas atormentadas pelas condições desumanas de vida na selva.

Depois dos 30 a 40 dias de trabalho, o “peão” volta “à civilização” para 2 ou 3 dias de descanso. Vai para as vilas de “far-west”, no caso, do “norte longínquo” onde, entre bares noturnos, bebidas, mulheres e doenças venéreas, curte a tragédia de existir. Este breve intervalo, seguindo de cura sumária das moléstias mais evidentes, é o interregno entre um e outro ciclo de trabalho na selva, do qual o peão só escapará se voltar à miséria do lugar de origem ou se, com certa audácia e sorte, puder embrenhar-se nalgum desvão da mata como posseiro, até que o INCRA se apiede dele e lhe dê um título legal.